

Bracher conta com apoio do PMDB para conversão

O assessor especial para a negociação da dívida externa, Fernão Bracher afirmou ontem, antes de embarcar para o México, acompanhando o presidente José Sarney, que o PMDB deverá apoiar a proposta do Governo de conversão da dívida, alegando que ela "atende aos interesses nacionais no que diz respeito à desnacionalização e proteção de novos investimentos no País".

Segundo ele, o acordo inicial feito na última rodada de negociações com o comitê de bancos credores, em setembro, foi feito com muita cautela e com um sentimento muito grande de proteção aos interesses nacionais. "Esses novos investimentos são importantes para o Brasil e interessantes para os credores", afirmou Fernão Bracher, explicando que foram adotadas todas as precauções para se evitar um processo inflacionário nesse processo de conversão.

Acordo

Depois de participar das conversações sobre a dívida externa dos países latino-americanos, no México, Fernão Bracher segue para os Estados Unidos para um novo encontro com o comitê dos bancos credores. Ele disse que um acordo futuro com o FMI passa, necessariamente, por um acordo com os bancos privados até o dia 15 de janeiro do próximo ano.

Para demonstrar o equilíbrio da proposta de conversão da dívida, que no caso das empresas estatais será feita com base na legislação vigente, Fernão Bracher disse que ela não será inflacionária, como afirmou o ex-ministro da Fazenda, Dilson Funaro e nem tão tímida como quer o senador Roberto Campos (PDS-MT). "Na realidade, são três os cuidados que estamos tendo em relação à conversão: não ser inflacionária, não permitir a desnacionalização das empresas nacionais e usar esses instrumen-

tos para permitir a extensão dos prazos da dívida".

FMI

Fernão Bracher admitiu que para um acordo com o FMI o Brasil terá de se submeter às suas condições, mas que não haverá acordo se essas exigências implicarem em perdas para o País. "O ministro Bresser Pereira já deixou isso bem claro. Se as exigências implicarem em perdas não haverá acordo com o FMI, o que não implica em prosseguirmos com os entendimentos com o Banco Mundial e com os bancos comerciais".

Ele disse que o volume de dinheiro a ser pedido pelo Brasil ao FMI vai depender da posição do Governo se deseja apenas o necessário para amortizar seus compromissos anteriores, ou se deseja aumentar suas reservas. "Isso depende daquilo que o ministro venha a negociar e achar conveniente", afirmou.